

Cuidar, ser cuidado e viver em contexto de crise: Aspectos económicos das relações interpessoais

Antónia Pedroso de Lima
(ISCTE-IUL / CRIA-IUL)



WORKING PAPER 11

**Cuidar, ser cuidado e viver em contexto de crise:
Aspectos económicos das relações interpessoais**

Antónia Pedroso de Lima

(ISCTE-IUL e CRIA-IUL)

antonia.lima@iscte.pt

2014

Resumo: As ciências sociais tendem a utilizar o conceito de cuidado para abordar situações de privação. Porém, na existência relacional quotidiana, cuidado é referido para descrever processos e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras em várias dimensões da vida social e que não se encontram necessariamente em situações de carência. Nesta comunicação discutirei diferentes dimensões do cuidado a partir de trabalho de campo em Portugal que atravessa uma situação de crise económica e social e onde as pessoas (re)tomam vias informais para lidar com situações de carência. A iniciativa pessoal, imbuída da moralidade do "cuidado" e do bem comum, torna-se central e factor de sustentabilidade tanto a nível económico (provendo a pessoas necessitadas) como emocional (bem-estar). As relações interpessoais e as relações motivadas por sentimentos e ideais de bem geral são portanto centrais para a reprodução do futuro do sistema social mundial de mercado económico global em que vivemos.

PALAVRAS CHAVE: Cuidado, Crise, Família, Economia moral

KEYWORDS: Care, Crises, Family, Moral economy

O conceito de cuidado tem sido utilizado pelas ciências sociais para abordar o tratamento de situações de privação e problemas de saúde por vias que incluem a provisão do Estado aos cidadãos mas não se limitam a ela. No entanto, na nossa existência relacional quotidiana, o cuidado é referido num sentido mais abrangente para descrever processos e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras, em várias dimensões da vida social e que não se encontram necessariamente em situações de carência.¹

O conceito *cuidar* tem, porém, um duplo sentido: Por um lado, refere-se a uma prática, ou um conjunto de práticas (tratar do outro) e por outro a um valor, ou um conjunto de valores (o afecto daquele que cuida, o amor e a compaixão/empatia da relação com o outro). Estas práticas e valores são portanto constitutivas do laço social pois elas são sempre relacionais e baseadas numa motivação de “olhar pelo outro”.

Este texto pretende fazer uma discussão preliminar de algumas destas diferentes dimensões do cuidado, focando em particular o caso português e as transformações promovidas por uma conjuntura de crise financeira.

Portugal, tal como outros países europeus, atravessa no presente uma ampla situação de crise económica e social que, apesar de similaridades com outros contextos, apresenta especificidades quanto ao peso do Estado Providência que, na verdade, só a partir de metade da década de 70 se estruturou realmente.

A presente conjuntura de crise e medidas de austeridade aplicadas após a intervenção do FMI e BCE em 2011, provocou alterações radicais na organização do nosso recente estado providência que estão a conduzir ao seu quase desaparecimento.

Simultaneamente, também o contexto social e demográfico dos pais se alterou. Depois de uma década de crescimento económico e melhorias sociais significativas, temos agora um preocupante crescimento dos índices de desemprego, baixos rendimentos familiares, envelhecimento da população, aumento de impostos, de custo de vida e um envolvente sentimento de precaridade e falência social e económica. Esta situação aumenta consideravelmente a pressão sobre os serviços sociais fazendo diminuir inevitavelmente a sua capacidade de continuar a assegurar aquilo que até há

¹ Este texto é uma apresentação exploratória da investigação que está a ser feita no âmbito do projecto “O cuidado como factor de sustentabilidade em situações de crise” [FCT PTDC/CS-ANT/117259/2010], IR Antónia Pedroso de Lima.

bem pouco tempo eram direitos universais dos cidadãos e isso tem consequências muito evidentes na vida quotidiana.

Neste sentido, a presente crise não tem apenas uma dimensão económica. Tendo promovido um profundo abalo no modelo social Europeu, esta é também uma crise social que está impondo uma quebra nos processos de reprodução social que vinham sendo construídos, colocando em questão não apenas os mercados mas também as instituições, nas relações sociais e nas formas de viver afectando assim quase todas as dimensões da vida quotidiana. Cada vez mais sectores da população vêem as suas condições de existência serem precarizadas e asseguradas de forma volátil. Cada vez mais se coloca a questão de como se constrói o futuro com base num presente hipotecado, sem expectativas, sem esperança. Todo o passado recente do mundo ocidental se constrói com base numa ideia de progressão, de melhoria. Todo o desenvolvimento tecnológico e civilizacional assenta nesta ideia cumulativa de progresso, construção de melhorias. Nós estudamos mais do que os nossos pais, que já estudaram mais do que os pais deles, e vivemos melhor e em melhores condições que as gerações anteriores. Construímos um estado social que vai garantir condições de vida aceitáveis e dignas para todos e todos. Vivemos mais e em melhores condições. De repente toda esta ideia - e não é uma ideia qualquer é o conjunto de valores no qual se constrói a sociedade moderna - colapsa, não enquanto ideia mas enquanto possibilidade de realização. Eu não vou viver melhor que os meus pais e os meus filhos, que foram super escolarizados e preparados para uma vida de crescimento viverão pior do que eu. Para além da alteração das condições materiais de existência há uma profunda transformação na percepção dessa mesma existência; uma transformação ontológica do que é ser cidadão. E isto tem implicações e consequências que nem conseguimos ainda prever.

Estas alterações no mercado de trabalho, na visão do mundo e na vida quotidiana, têm profundas implicações em múltiplas dimensões da existência das pessoas, na sua forma de pensar a vida e conseqüentemente nas decisões que tomam para construir o futuro. A falta de possibilidades de empregos para os jovens, a total incerteza quanto ao seu futuro e estabilidade económica tem sido indicado como um dos factores que mais condiciona tomadas de decisão, como por exemplo, a saída de casa dos pais, a constituição de famílias conjugais e o planeamento de filhos. É portanto urgente começar a pensar nas novas formas de dependência e solidariedade geracional e intergeracional que se estão a construir nesta conjuntura de precariedade prolongada.

Enquanto cada vez mais sectores da população vêm as suas condições de existência a serem precarizadas e asseguradas de forma volátil, a sobrevivência dos cidadãos é frequentemente equilibrada pela promoção de estratégias alternativas, como sejam o apoio dado pelas redes interpessoais ou por organizações não-governamentais de solidariedade social.

O que temos observado é que para fazer face às necessidades básicas do quotidiano e dada a actual falência do Estado Providência, as pessoas retomam vias informais para assegurar o seu quotidiano. As transformações sociais que decorrem da crise e das medidas de ajustamento tornaram a nossa existência num paradoxo: depois de o Estado Providência ter assumido um papel crescente, e o mercado de trabalho ter promovido a independência dos indivíduos face às “obrigações familiares”, no momento actual, as políticas governamentais tentam passar a responsabilidade novamente no lado dos cidadãos. Este “estado de emergência” (para usar a ideia de Agamben 2005) estimula a construção de alternativas ao processo de reprodução social, não só na esfera económica mas também social e moral. As acções públicas de solidariedade social crescem todos os dias, as histórias pessoais de apoio a amigos, vizinhos, familiares ou a simples conhecidos, são ouvidas frequentemente.

Vejamos alguns exemplos:

Sr Joaquim: 57 anos antigo soldador de tubos nos navios desempregado há 2 anos depois de a empresa de construção naval em que trabalhou a vida inteira (desde os 15 anos) ter encerrado. A mulher trabalhava como faxineira e nos últimos anos perdeu a maior parte das suas casas de classe média (que deixaram de poder pagar) e agora trabalha a horas quando consegue. Com isto perdeu a segurança social e apoio em caso de doença. 2 filhos mais velhos (pedro 30 anos soldador e Carla 28 faxineira no hospital actualmente desempregada. São ambos casados e com um filho cada um). Têm uma filha mais nova 17 anos que teve de sair da escola para ir trabalhar. Vivem perto de Lisboa, em Loures, num bairro clandestino mas de boas casas. Aí se instalaram quando os pais de Vitória chegaram a Lisboa vindos do norte (há 45 anos) em busca de uma vida melhor. Os filhos vivem num acrescento da casa por eles construído. A casa é na serra e tem um terreno onde cultivam uma horta desde há dois anos e que lhes tem permitido cultivar para comer. Desde há 6 meses vão à feira ao sábado e vendem produtos, o que têm permitido algum dinheiro.

Desde há 3 meses para cá Joaquim vende numa importante rotunda da capital. Vende sentado no chão à porta de um supermercado. Tem conseguido fazer mais ou menos 15 euros por dia. Estão sendo ajudados pela igreja

Mariana 40 anos jornalista. Trabalhou 10 anos num importante jornal diário até ser despedida. Divorciada e com uma filha teve de abandonar a casa onde vivia autónoma desde os 25 anos e voltou para casa dos pais. O pai está desempregado há dois anos (despedido da Optimus ao fim de 14 anos) e a mãe professores perdeu este ano a colocação ao fim de 20 anos. Vivem todos com o subsídio de desemprego do pai (750 euros) e a pensão da avó que vive também em casa (650 euros). A filha de Mariana começou a ser ajudada pela escola para comer.

Pedro é um Jovem universitário aluno do segundo ano do curso de engenharia alimentar, natural do fundão. Apesar de os pais estarem ambos desempregados no último ano Pedro perdeu a bolsa de estudos e o apoio dos serviços sociais para estudar e por isso tomaram a dura decisão de retirar o filho da universidade pois não tinham possibilidades de assegurar as despesas com a sua formação.

Neste momento Pedro pode continuar a estudar pois vive em casa de Margarida, dividindo com ela as despesas da casa e não pagando aluguer e margarida tem companhia e quem lhe faça os recados na rua e ajude nas tarefas domésticas. “Laços para a vida – *Casa & Companhia*” é um projecto da Camara Municipal e da universidade de Évora e que conta com a colaboração de várias outras instituições: *Banco do tempo, o cantinho do cuidador, Unidade de Cuidados na Comunidade de Évora do centro de saúde e o banco de voluntariado.*

A iniciativa pessoal, imbuída da moralidade do “cuidado” e do bem comum, torna-se frequente num país onde era praticamente inexistente e multiplica-se em diversas dimensões da vida social. Se estas estratégias informais tornam a vida possível em tempos de crise, é precisamente porque elas se tornam dispositivos de sobrevivência fundamentais nestas situações de incerteza, não apenas para as pessoas que os usam ou deles beneficiam, mas para todo o sistema social, na medida em que eles inibem, até um certo ponto, a escalada da tensão social e do colapso económico individual e colectivo. É neste sentido, que argumento que o cuidado se torna um factor de sustentabilidade,

tanto a nível económico (provendo a pessoas necessitadas) como social (assegurando a continuidade do tecido social) e ainda emocional (mantendo algum bem-estar num quotidiano marcado pela incerteza e a precaridade).

Um dos aspectos que me parece interessante reter nos múltiplos exemplos apresentados é que estas formas de solidariedade não são novas mas representam sim o retomar de velhos sistemas de apoio e entreajuda que foram, nas últimas décadas, substituídos por práticas mais mercantis.

Numa situação de incapacidade de lidar com o presente as pessoas viram-se para formas tradicionais de o fazer dando-lhes novas orientações e novos significados dentro de novos arranjos. Outra das dimensões novas a ter em conta nestes exemplos é a maneira como estas formas tradicionais de entreajuda para organização da vida quotidiana usam as instituições estatais e não estatais para enquadrar e certificar trocas e relações informais. Este uso moderno, complexo e institucionalizado é bem diferente das antigas formas de troca directa, surpreendentemente mais usados pelos movimentos alternativos urbanos.

No entanto, este aparente retorno a práticas comunitaristas antigas pode colocar alguns problemas ideológicos, pois poderá parecer que estamos a retroceder dos progressos atingidos pelo estado providencia. Embora não sendo inteiramente novo, este fenómeno não constitui um simples regresso ao passado. A sociedade mudou, as mentalidades evoluíram e por isso as mesmas práticas de cuidado interpessoal não têm o mesmo significado. Através da actual reactivação destas formas de solidariedade intergeracional, estamos de facto a contrariar a perpetuação do projecto individualista que floresceu nas últimas décadas ligado a conceitos de bem-estar individual e realização pessoal tão prominentes em economias mais versáteis.

Concluindo

O trabalho emocionalmente empenhado de cuidar, por mais que pareça pouco importante e pouco interessante do ponto de vista económico ou intelectual, é uma questão central neste novo momento histórico em que o contracto social se alterou.

A eficácia de as redes sociais de apoio é justamente um dos argumentos usados para descrever as sociedades do sul da Europa como “sociedade providência” de base familista por oposição à Europa do Norte, repleta de exemplos do Estado Providência (cf. Santos 1993). Porém, desvendar estas formas não estatais de apoio ao outro que agora recrudescem, pode constituir o risco de dar bases ao argumento ideológico e

moralizador dos defensores de um neoliberalismo feroz, que estão na base de muitas das decisões políticas que se estão construindo sob a justificação da crise. A perigosa ideia de que os cuidados prestados pelo Estado não são um direito, mas um favor feito aos cidadãos durante um tempo, pois ele seria um dever da família: de acordo com o actual ministro da solidariedade social (do partido de direita democrata cristão) as tradicionais estruturas familiares, que se transformaram no processo de modernização, deveriam retomar a importância que perderam. A discussão é assim alterada de um argumento de direitos de cidadania para uma dimensão moral ideológica e política.

Evitando uma visão harmoniosa dos sistemas sociais de cuidado, este texto procurou chamar a atenção da análise da actual conjuntura económica e social para o modo como as práticas informais suportam a economia nacional, como as pessoas se integram em sistemas formais e informais de cuidado e como estas estratégias são eficazes para sobreviver a um sistema em falência. Assim, o trabalho de pesquisa etnográfica levado a cabo pela equipa deste projecto te mostrado que o cuidado interpessoal é decisivo para enfrentar situações de crise (económica, pessoal ou política) e, nesse sentido é um factor de sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio (2005) *State of Exception*. Chicago: The University of Chicago Press.

BENDA-BECKMANN, F. Von et al, (1988), *Between kinship and the state: social security and law in developing countries*. Dordrecht: Foris.

FOLBRE, Nancy and Julie Nelson, (2000), “For love or money – or both?” *Journal of Economic Perspectives* 14(4), pp 123-140.

GILLIGAN, Carol, (1982), *In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development*. Cambridge: Harvard University Press.

MAYEROFF, Milton, (1971), *On Caring*. New York: Perennial Library, Harper and Row.

SANTOS, Boaventura Sousa, (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português”, in B. S. Santos, ed, *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, pp 15-59.

TRONTO, Joan C., (1993), *Moral Boundaries. A political argument for an ethic of care*. London: Routledge.